



## **Estratégias para assegurar o acesso da agricultura familiar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar**

*Strategies to ensure family agriculture access to the National School Feeding Program*

MONTÃO, Damiana<sup>1</sup>; MODESTO, Regiara<sup>1</sup>; SILVA,  
Thais<sup>1</sup>; SILVA, Enilton<sup>1</sup>; CABRAL, Bianca<sup>2</sup>;

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), dami-montao@hotmail.com, regira.modesto@ifpa.edu.br; t\_larissa10@hotmail.com, enilton.agro@gmail.com; <sup>2</sup>Universidade Federal do Pará (UFPA), bia.cabrall@hotmail.com

### **Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura**

#### **Resumo**

O PNAE é uma das maiores e mais relevantes políticas públicas de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2009, a Lei nº 11.947/2009 trouxe uma vertente inovadora ao determinar a utilização de no mínimo 30% do recurso financeiro oriundos do FNDE, para aquisição de produtos da agricultura familiar. Porém, muitas vezes os agricultores enfrentam entraves institucionais e organizacionais que dificultam sua participação nesta política. Esta pesquisa foi do tipo exploratória e teve por objetivo investigar as principais dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar de Nova Timboteua na inserção de seus gêneros alimentícios na alimentação escolar do município. O Programa Nacional de Alimentação Escolar precisa ser cuidadosamente (re) avaliado, tanto pelo gestor (a) local, quanto pelos demais atores envolvidos, uma vez que a articulação entre os mesmos se mostrou a principal fragilidade do processo de efetivação desta política.

**Palavras-chave:** conjuntura; sustentabilidade; diversidade.

#### **Abstract**

The PNAE is one of the largest and most relevant public guarantee policies of Food and Nutrition Security. In 2009, Law nº 11.947 / 2209 brought an innovative aspect in determining the use of at least 30% of the financial resource from FNDE, for the acquisition of products from family agriculture. However, farmers often face institutional and organizational barriers that hamper their participation in this policy. This research was of the exploratory type and had as objective to investigate the main difficulties faced by the family agriculture of Nova Timboteua in the insertion of their foodstuffs in the school feeding of the municipality. The National School Feeding Program needs to be carefully (re) evaluated, both by the local manager and by the other actors involved, since the articulation between them has proved to be the main weakness of the process of implementing this policy

**Key Words:** Conjuncture; sustainability; diversity.

#### **Introdução**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e visa transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros às entidades executoras do programa para suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos matriculados no ensino básico das escolas públicas e filantrópicas (BRASIL, 2009).



Embora tenha sua origem ainda na década de 40, somente em 2009, a legislação do programa inclui a categoria agricultura familiar como beneficiária direta, possibilitando o acesso à no mínimo 30% do total de recursos disponibilizados as entidades executoras.

Porém, estudo realizado pelo FNDE/MDA (2010), a região Norte está entre as regiões que comprem menos produtos alimentícios da Agricultura Familiar e, no Estado do Pará, alguns municípios comprovam este cenário (Saraiva et al, 2013). Assim, esta pesquisa que fez parte do projeto “Promoção da Inclusão e Produtos Alimentares da Agricultura Familiar Local na Alimentação Escolar na Região Nordeste Paraense” foi realizada no Município de Nova Timboteua, Pará e teve por objetivo investigar as principais dificuldades enfrentadas por elas na inserção dos gêneros alimentícios da agricultura familiar na alimentação escolar.

## **Metodologia**

A pesquisa foi do tipo exploratória e para a coleta de dados, além da utilização de dados secundários, foi utilizado a FOFA (Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças), ferramenta do Diagnóstico Rápido Participativo, que possibilita a realização do diagnóstico e avaliação de processos socioambientais e produtivos referentes a um determinado grupo social, organização e instituição.

A partir dessa metodologia é possível identificar as Fraquezas, as Oportunidades, as Fortalezas e as Ameaças (FOFA) que interferem na dinâmica do grupo envolvido no processo de diagnóstico/intervenção. A partir dos debates, é possível avaliar e planejar estratégias que potencializem as ações e objetivos e metas determinadas pelo referido grupo, foco da intervenção (MARINHO e FREITAS, 2015).

A FOFA foi aplicada durante a Oficina de Promoção da inclusão de produtos alimentares da agricultura familiar local na alimentação escolar na Região Nordeste Paraense que aconteceu entre os dias 13 e 15 de junho de 2016, e da qual participaram 30 atores/articuladores do PNAE, entre, agricultores familiares e suas organizações; Gestores Públicos; Ministério Público; Nutricionista; Merendeiras; Diretores (as) de Escola; Vigilância Sanitária; Licitação e Extensionistas.

## **Resultados e discussão**

A questão norteadora para discussão e construção da FOFA foi à análise da conjuntura atual do PNAE no município de Nova Timboteua. Para embasar a discussão, foram inicialmente apresentados os dados referentes aos percentuais de aquisição de gêneros da agricultura familiar local, da entidade executora nos últimos quatros



anos. O percentual atingiu o mínimo de 30% definido na lei nº 11.947/2009, nos anos de 2012 (60,72%) e 2013 (34,61%), de um volume de repasse de R\$ 239.172,00 e R\$ 253.820,00, respectivamente. Porém, em 2014 não houve aquisição de gêneros da agricultura familiar e, em 2015, do total de 325.810,00 o percentual foi de apenas 21,66% (FNDE, 2016).

De acordo com os gestores públicos, a produção da agricultura familiar do município é insuficiente para atender a demanda, pois somente a Associação dos Mines e Pequenos Produtores da Vila de Santa Luzia – APROSLUZ possui Declaração de Aptidão – DAP jurídica e é a única que fornece os produtos enquanto organização formal. Ainda de acordo com os gestores, outros produtores acessam o programa de forma individual, mas existe uma dificuldade ainda maior em atender a demanda.

Por outro lado, os agricultores familiares afirmaram que o município possui potencial produtivo, com destaque para a produção de açaí e mel. Porém, a diversificação da produção e aumento da quantidade de produtos só poderá acontecer se existir de fato a garantia de mercado e, atualmente, existem dificuldades de acesso ao PNAE. Neste sentido, os agricultores apontaram como problema, a falta de mais informações sobre a Política Pública e a deficiência na divulgação da Chamada Pública, que resulta na dificuldade deles se organizar a tempo para concorrer.

De acordo com o representante da Comissão Permanente de Licitação – CPL, a divulgação é feita no Diário Oficial do Estado, jornais locais da Capital e no quadro da Prefeitura. Porém, segundo o Art. 26 da Resolução 04/2015/ FNDE, os editais de Chamada Pública devem estar publicados em jornal de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação, assim como por meio da internet e rádio, caso haja, e principalmente divulgar para organizações locais da agricultura familiar e para entidades de assistência técnica e extensão rural do município ou do estado, por um período mínimo de 20 dias (BRASIL, 2015).

Porém, na opinião dos participantes da oficina, a divulgação da Chamada Pública poderia ser de forma mais eficiente se feita através do Sindicato, Igreja, Rádio Local (Rádio Patrulhão), nos murais das Secretarias de Educação e Agricultura e no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A falta de informação sobre o PNAE e algumas dificuldades na organização social dos agricultores levantaram a discussão o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural e do número insuficiente de extensionistas rurais para atender a demanda do município,



o que foi apontado como ameaça a efetivação do PNAE. O município possui 13.660 habitantes, dos quais 59% estão na zona rural e, atualmente, são lotados no escritório local da ATER Estatal, um técnico em agropecuária e um engenheiro agrônomo.

Quanto à organização da agricultura familiar, o município possui 203 DAP's individuais ativas, mas durante a etapa de levantamento dados da oferta foram identificadas seis associações da agricultura familiar, das quais apenas uma possuía DAP Jurídica. Por outro lado, nenhuma das organizações identificou o motivo de não possuir o documento.

Segundo Triches e Schneider (2010), um dos principais fatores de sucesso para a construção dos mercados institucionais é a necessidade de organização e cooperação entre os agricultores, deles com suas entidades representativas, e, finalmente, deles com o poder público para acessarem os mercados. Além disso, a organização da agricultura familiar facilita a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural, que poderia utilizar as metodologias grupais para atender maior número de agricultores.

Outro elemento apresentado como Fraqueza na atua conjuntura do PNAE em Nova Timboteua foi à rotatividade da Nutricionista e das Merendeiras, que geralmente são contratadas para ocupar os referidos cargos e, por motivos não identificados, apresentam período de permanência muito curto. Essa rotatividade faz com que não se tenha uma continuidade na execução das atividades que dizem respeito ao programa. Esta rotatividade influencia não apenas na composição do Cardápio, mas também na qualificação das merendeiras que segundo Resolução nº 465 de 2010 do Conselho Federal de Nutricionistas também é atribuição da Responsável Técnica.

Além desses elementos observados, a ausência do Sistema de Inspeção Municipal e a elevação da inflação (variação dos preços ao longo do ano em relação ao estabelecido no Contrato) foram apontadas como Ameaças ao PNAE no município. Embora a composição dos preços seja realizada conforme previsto na Resolução nº 26/2013, a inflação tem de fato influência direta no preço.

Embora muitos elementos tenham sido elencados como Fraquezas e Ameaças, os atores que participaram da Oficina vislumbraram que o PNAE oportuniza a geração de emprego e renda; o fortalecimento da agricultura familiar local; diminuição do êxodo rural; desenvolvimento da economia do município e o incentivo da permanência do aluno na escola. A Matriz FOFA apresenta os elementos destacados na discussão (Quadro 1).



**Quadro 1 – Matriz FOFA construída pelos atores do  
PNAE no município de Nova Timboteua, Pará.**

<b>Fortalezas</b>
O município possui potencial produtivo para oferta de produtos da agricultura familiar; Diversidade de gêneros da agricultura familiar; Produtos de qualidade; Várias vias de acesso para escoamento da produção agrícola; Conselho de Alimentação Escolar – CAE atuante
<b>Oportunidade</b>
Geração de postos de ocupação e renda; Fortalecimento da agricultura; Diminuição do êxodo rural; Criação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM; Desenvolvimento da economia do município; Incentivo da permanência do aluno na escola.
<b>Fraquezas</b>
Rotatividade da nutricionista e merendeiras; Falta de organização dos agricultores familiares; Falta de informações sobre o PNAE; Transporte inadequado de produtos da A.F; Falta de divulgação do PNAE e da Chamada Pública; Articulação insuficiente para efetivação do PNAE; Má conservação das estradas; Elevado índice de evasão escolar; Censo escolar incoerente com a realidade atual (ano vigente); Ausência de capacitação; Falta de comunicação entre a secretarias municipais.
<b>Ameaças</b>
Ausência do SIM Falta de assistência técnica ao agricultor; Preços altos (inflação) em relação ao valor contratado; Número insuficiente de Técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural

**Fonte:** Projeto CECANE/UFPA (2016).

Após a apresentação e discussão da Matriz FOFA foi construído um Plano de Ação que atende os dez passos didaticamente definidos no Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (BRASIL, 2015) necessários para o lançamento da Chamada Pública 2017, uma vez que o orçamento de 2016 está em execução. O referido Plano apresentou ações para resolução dos problemas elencados na FOFA (Fraquezas e/ou ameaças), os atores responsáveis por cada ação e o prazo previsto para realização da ação.





## Conclusões

O Programa Nacional de Alimentação Escolar precisa ser cuidadosamente (re) avaliado, tanto pelo gestor (a) local, quanto pelos demais atores envolvidos, uma vez que a articulação entre os mesmos se mostrou a principal fragilidade do processo de efetivação desta política.

A rotatividade das Nutricionistas (RT) tem relação direta na elaboração dos cardápios, pois é necessário conhecer a produção local para incluir os gêneros regionalizados. Para tanto, a elaboração do Calendário Agrícola do município [não existente no momento] se torna subsídio fundamental.

Por outro lado, existe uma relação não equitativa entre a demanda dos agricultores familiares e o número de extensionistas responsáveis pelos serviços da Assistência Técnica e Extensão Rural no Município, o que resultou na fragilidade de ambos.

## Agradecimento

Ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo financiamento do Projeto/TED nº 052/2014: “Promoção da Inclusão e Produtos Alimentares da Agricultura Familiar Local na Alimentação Escolar na Região Nordeste Paraense”.

Ao Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Pará parceiro na condução/execução do Projeto.

## Referências bibliográficas

BRASIL a. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 2013.

MARINHO, C, M; FREITAS, H, R. **Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER):** Fundamentos teórico-práticos. Extramuros, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 10-28, edição especial, 2015.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 1**

Políticas Públicas e Conjuntura



SARAIVA, E. B; SILVA, A. P. F da; SOUSA, A. A. de; CERQUEIRA, G. F; CHAGAS, C. M dos S; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. **Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.